

Maestro Locadora de Veículos S.A.

Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2015

Conteúdo

Relatório da administração	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	10
Balancos patrimoniais	12
Demonstração de resultados	13
Demonstração de resultados abrangentes	14
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	15
Demonstração dos fluxos de caixa - Método indireto	16
Demonstração do valor adicionado	17
Notas explicativas às demonstrações financeiras	18
Declaração dos diretores sobre as demonstrações financeiras	49
Declaração dos diretores sobre o relatório dos auditores independentes	50

Relatório da administração

1) Mensagem da Administração

A Maestro Locadora de Veículos S.A. (“Maestro” ou “Companhia”) é uma sociedade anônima, brasileira, de capital aberto, com escritório administrativo localizado na Rua Cenno Sbrighi, 45, Água Branca, São Paulo, Estado de São Paulo e sede na Rua Paulo do Vale, 356 - Salão 3 fundos, Vila Cercado Grande, Embú das Artes, no Estado de São Paulo.

As informações financeiras são apresentadas em milhares de reais, exceto quando indicado o contrário e as demonstrações financeiras são apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Concluimos o ano de 2015 com importantes melhorias em nossa estrutura operacional e financeira. Fizemos avanços relevantes em nosso plano de negócios com destaque para a primeira emissão de debêntures (CVM 476), a listagem no Bovespa Mais e diversificação com qualidade de nossa carteira de clientes.

Mesmo em um ano marcado por um cenário macroeconômico desafiador, conseguimos elevar a receita de locação no ano em 9% na comparação com 2014, atingindo R\$ 37.865 mil, distribuídos em 155 clientes. No final de 2015, nosso maior cliente representava 14% e os 10 maiores 54% da receita mensal de locação, representando uma importante melhora nos índices de concentração que eram de 18% e 63%, respectivamente, em 2014.

Ao longo de 2015 não renovamos a quase totalidade do contrato com nosso maior cliente (devido à vista a precificação muito agressiva de competidores), cuja desmobilização foi o principal vetor do crescimento da receita de venda de veículos que totalizou R\$ 26.872 mil, uma variação anual de 113%.

Apesar disto, nossa frota manteve-se praticamente estável em termos de número de automóveis, evidenciando capacidade de reação comercial mesmo num ambiente de forte competição.

Terminamos o ano de 2015 com frota total de 2.651 carros, ou 2% a mais que no final do ano anterior. Com o efeito combinado da aquisição de veículos de maior valor agregado e a inflação do período, o valor de mercado (FIPE) de nossa frota atingiu de R\$ 93.875 mil, aumento de 25% em 12 meses.

A idade média da frota e o prazo médio dos contratos em 31 de dezembro de 2015 eram de 17 e 28 meses, respectivamente.

O endividamento total líquido atingiu R\$ 46.550 mil, inferior em R\$ 31.673 mil e R\$ 47.325 mil ao valor de nossa frota contábil e a mercado respectivamente.

Além disso, com a emissão de debêntures, nossos vencimentos bancários de curto e longo prazo ficaram respectivamente em 26% e 74%, mostrando significativo e importante alongamento frente à posição final de 2014 que apresentava 69% vencendo em 12 meses.

O fluxo de caixa mensal necessário ao pagamento de juros e principal foi reduzido em 30%, melhorando a flexibilidade financeira e o volume de recursos disponível para o crescimento.

A sólida situação patrimonial de balanço, combinada à confortável posição de liquidez e fluxo de caixa propiciam a Companhia ampla margem de manobra para focar no principal objetivo imediato de reverter o resultado operacional e aumentar o retorno sobre capital investido.

O EBITDA ajustado do ano atingiu R\$ 15.316 mil, queda de 9% em relação ao anterior, motivada principalmente pelo aumento dos custos fixos, com investimentos em estrutura comercial. A relação Dívida Líquida/EBITDA de 31 de dezembro de 2015 era de 3,04x, com boa margem de segurança para o limite de *covenant* contratual das debêntures de 4,0x.

Do resultado total antes de impostos de R\$ (5.561) mil, 53% correspondem a ajustes de natureza não recorrente

- Perda com incobráveis: R\$ 1.345 mil
- Taxa de administração de operações de consórcio (integralmente pagos em 2015): R\$ 1.336 mil
- Despesas com o processo de listagem na Bovespa +: R\$ 309 mil

Sem estes efeitos, o resultado antes de impostos recorrente é de R\$ (2.571) mil, com média mensal de R\$ (214) mil.

A reversão para lucro depende primordialmente da diluição do custo fixo via crescimento, que poderá ser feito organicamente ou por aquisições. A rentabilidade nominal dos contratos tem se mantido constante e temos um pipeline comercial que nos dá confiança na conquista relativamente rápida de novos contratos.

Embora trabalhemos com a premissa de continuidade de um cenário macro-econômico pouco favorável para o 2016, acreditamos que a solução de terceirização de frotas representa uma alternativa de valor para as companhias que buscam otimizar sua estrutura de custos e reforçar o caixa com a venda dos ativos próprios. Estamos competitivamente prontos para capturar as oportunidades de novos negócios.

A reafirmação do *rating* das debêntures (BBB+, de longo prazo) emitido em 18 de janeiro de 2016 pela *Liberum Ratings* corrobora a consistência de nossa trajetória recente e nosso alicerce financeiro e operacional.

Em 2015 preparamos a Companhia para melhor suportar situações externas adversas e contamos com estes avanços para buscar patamares de rentabilidade sobre patrimônio crescentes.

2) Desempenho Operacional e Financeiro

(em R\$ mil, exceto percentuais)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro					
	2015	AV	2014	AV	Variação 2015x2014	
Demonstração do Resultado		(%)		(%)		(%)
Receita líquida	61.230	100%	43.991	100%	17.239	39%
Custo de locação e venda de veículos	(44.274)	-72%	(29.550)	-67%	(14.724)	50%
Lucro bruto	16.956	28%	14.441	33%	2.515	17%
Despesas administrativas e gerais	(8.267)	-14%	(5.308)	-12%	(2.959)	56%
Despesas comerciais	(2.875)	-5%	(383)	-1%	(2.492)	651%
Outras receitas operacionais	380	1%	209	0%	171	82%
	(10.762)	-18%	(5.482)	-12%	(5.280)	96%
Resultado antes das despesas financeiras, líquidas e impostos	6.194	10%	8.959	20%	(2.765)	-31%
Despesas financeiras	(16.562)	-27%	(9.091)	-21%	(7.471)	82%
Receitas financeiras	4.807	8%	2.819	6%	1.988	71%
Despesas financeiras, líquidas	(11.755)	-19%	(6.272)	-14%	(5.483)	87%
(Prejuízo) lucro antes dos impostos	(5.561)	-9%	2.687	6%	(8.248)	-307%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(3.723)	-6%	(786)	-2%	(2.937)	374%
(Prejuízo) lucro líquido do exercício	(9.284)	-15%	1.901	4%	(11.185)	-588%

Receita Líquida

A receita líquida total é composta de receita de aluguel e receita de venda de veículos.

A receita líquida de aluguel de carros de 2015 apresentou elevação de 9% em relação ao ano anterior. Esta variação é praticamente toda devida ao aumento de ticket médio (valor médio do carro), tendo a frota locada do ano ficado praticamente estável em relação à 2014.

A receita de vendas de veículos foi de R\$ 26.872 mil, aumento de 114% devida à maior quantidade de veículos em final de contrato e disponíveis para venda em 2015.

Custo de Locação de Veículos

O aumento dos custos de locação de veículos de R\$ 14.724 mil no período de 12 meses findo em 31 de dezembro de 2015 é devido aos seguintes fatores:

- O aumento dos custos de veículos vendidos de R\$ 12.508 mil ou 85% de toda a variação da conta. Como explicado no item anterior, estes custos são devidos e acompanham *pari-passu* o aumento da receita de venda de veículos.
- Conforme divulgado na nota explicativa 26, nesta rubrica houve aumento dos custos de manutenção em R\$ 2.296 mil ou 18% do total da variação do custo de locação.

(Despesas) receitas operacionais administrativas, gerais e comerciais

O aumento nas despesas de R\$ 5.281 mil ao longo do ano de 2015 deve-se à composição das despesas extraordinárias não recorrentes e ao aumento da estrutura fixa contratada, especialmente na área comercial.

Despesas não recorrentes que afetaram o custo de estrutura respondem pelo total de 31% desta variação:

- Baixa no exercício de 2015 do valor de R\$ 1.345 mil em incobráveis equivalente a 25% da variação total da conta.
- Despesas não recorrentes de listagem no “BOVESPA MAIS” de R\$ 309 mil, equivalentes a 6% da variação no período.

O aumento recorrente efetivo de estrutura foi portanto de R\$ 3.627 mil e composta principalmente por:

- Aumento nas despesas de pessoal de R\$ 981 mil. Contribuíram neste item 3 fatores chaves: base de comparação muito baixa com a estrutura do primeiro semestre de 2014, investimento em estrutura comercial e operacional para o novo plano de crescimento “pós-debêntures” e inflação no período.
- Variação na Provisão de Créditos de liquidação duvidosa: R\$ 281 mil.
- Para demais contas, em especial serviços de terceiros e despesas gerais (vide NE 26), a variação também deve-se a uma combinação de fatores: base de comparação baixa, em especial no primeiro semestre de 2014, inflação no período e contratação de assessorias para projetos estratégicos específicos.

EBITDA

EBITDA R\$ mil	2015	2014	Var. % (15/14)
Lucro antes de impostos (EBT)	(5.561)	2.687	307%
(-) Despesas financeiras líquidas	(11.755)	(6.272)	-87%
(-) Depreciação	(7.468)	(7.765)	4%
EBITDA	13.662	16.724	19%
(-) Baixa de incobráveis	(1.345)	-	0%
(-) Despesas não recorrentes de listagem	(309)	-	0%
EBITDA Ajustado	15.316	16.724	9%

Despesas financeiras líquidas

As despesas financeiras líquidas subiram R\$ 7.471 mil ou 82% no período.

Os principais vetores desta variação são:

- Multa ou Despesa com o pré-pagamento de operações anteriores à emissão de debêntures (incluindo consórcio): R\$ 1.336 mil, ou 18% da variação total.
- Com a aquisição de veículos de maior valor agregado, a renovação da frota acrescentou R\$ 14.636 mil de dívida líquida em 12 meses, crescimento equivalente a 46%.

- Incidindo sobre uma base de dívida maior, houve um acréscimo de 22% no CDI que passou de 11% em 2014 para 13% um ano depois.
- Com o vencimento de linhas pré-fixadas tomadas em 2012 e 2013 e o aumento do risco de mercado em 2015, nosso custo de captação recorrente subiu aproximadamente 100bps, chegando a 5% a.a. Aumento de 22% em 12 meses.

Prejuízo antes de Impostos e Prejuízo Líquido.

A combinação dos fatores anteriormente citados levou o resultado antes de impostos a R\$ (5.561) mil. Em 2014, o resultado foi positivo em R\$ 2.687 mil.

Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos e passivos

A Companhia tem adotado, ao longo dos fechamentos dos exercícios, metodologia para apuração de imposto de renda e contribuição social diferidos. Esta metodologia consiste na apuração de saldos ativos de prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis e passivos de diferenças temporárias tributáveis dentro do planejamento de longo prazo da Companhia.

O ativo de imposto de renda e contribuição social diferidos é constituído em relação aos prejuízos fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias não utilizados e seu valor é suportado pela perspectiva de que lucros futuros tributáveis sejam utilizados contra a constituição deste saldo.

O estudo da recuperabilidade do ativo de impostos diferidos é reavaliado sistematicamente ao final de cada exercício.

Com a significativa mudança no cenário macroeconômico e de mercado para o futuro previsível, revisamos **para o fechamento de 2015** a perspectiva de recuperação deste ativo diferido e, adotando conservadorismo nas projeções de longo prazo, efetuamos *impairment* no saldo de imposto diferido ativo sobre prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social de R\$ 2.216 mil. No acumulado do ano, o valor total dos efeitos acima descrito foi de R\$ 3.723 mil com impacto de mesma magnitude na despesa de impostos diferidos no resultado do exercício e patrimônio líquido.

Ressaltamos que este ajuste não tem qualquer impacto no caixa e endividamentos da companhia e torna nossas demonstrações financeiras coerentes e consistentes com a deterioração das condições gerais econômicas e de mercado. Caso haja uma melhoria nestas condições os ativos fiscais diferidos podem vir a ser reconhecidos.

3) Investimentos

A Companhia investiu em 2015, R\$ 44.771 mil, ou seja, um crescimento de 95% em relação ao ano anterior. Foram adquiridos 1.243 veículos, perfazendo uma média de R\$ 37,7 mil/veículo. Em 2014 o valor médio dos carros comprados foi de R\$ 32 mil, aumento de 18% no valor de compra refletindo diretamente escolha por *mix* de carros mais caros. Os descontos percentuais com montadoras permaneceram em valores equivalentes.

4) Endividamento

Endividamento R\$ mil	2015		2014		Var 15/14
	R\$ mil	% Bruto Total	R\$ mil	% Bruto Total	%
Circulante	17.009	26%	35.635	69%	-52%
Não circulante	47.985	74%	16.161	31%	197%
Endividamento Bruto Total	64.994	100%	51.796	100%	25%
Caixa e Aplicações	18.444		19.882		-7%
Endividamento Líquido Total	46.550		31.914		46%

A variação do endividamento no exercício está diretamente relacionada à diferença de preço entre o carro novo e o desmobilizado na renovação da frota.

O número de veículos vendidos (desinvestimento) foi de 1.249, praticamente igual ao de comprados. A média de valor unitária de carro vendido foi de R\$ 22 mil.

Consequentemente, a diferença de valor unitário entre os carros comprados (novos) e os vendidos (em fim de ciclo) foi de R\$ 16,2 mil que multiplicado pelo número total de carros comprados (item anterior) de 1.243 totaliza um valor total de R\$ 20.136 mil.

A margem operacional (EBITDA) e as variações nas contas de capital de giro, explicam o restante da variação do endividamento líquido.

Com a emissão de debêntures (CVM 476) tivemos importante alongamento do perfil do endividamento. Nossos vencimentos no curto prazo (inferiores a 12 meses) foram reduzidos de forma expressiva. Mesmo com aumento do endividamento bruto em R\$ 13.198 mil, tivemos uma redução nas obrigações de curto prazo de R\$ 18.626 mil.

Esta flexibilidade financeira adicional, num momento de crédito escasso e muito seletivo, nos posiciona de forma sólida para enfrentar os desafios econômicos atuais.

5) Patrimônio Líquido (Capitalização)

A variação do patrimônio líquido reflete na integralidade o efeito do resultado acumulado no período.

6) Indicadores

Indicadores (x)	2015	2014
Dívida Líquida/EBITDA	3,04	1,91
Dívida Líquida/Frota Líquida	0,59	0,47
Dívida Líquida/PL	1,27	0,70
Despesa financeira líquida/EBITDA	0,77	0,37

Os *ratios* atuais garantem bom espaço para crescimento futuro sem prejuízo da sustentabilidade financeira em patamares adequados ao ciclo de negócios da Companhia. A evolução dos índices está relacionada ao aumento do valor do ativo (veículos) e dívida associada.

7) Governança Corporativa

Atendendo às práticas de Governança Corporativa, a Maestro possui Conselho de Administração composto por 5 membros e Diretoria Executiva composta de 3 membros.

Conselho de Administração

Nome	Cargo
Alberto Costa Sousa Camões	Presidente do Conselho
Eduardo Magalhães Oliveira	Vice Presidente do Conselho
Fernando Zingales Oller do Nascimento	Conselheiro Efetivo
Alan Lewkowicz	Conselheiro Efetivo
Antonio Carlos Romeiras de Lemos	Conselheiro Independente

Diretoria Executiva

Nome	Cargo
Fabio Lewkowicz	Diretor Presidente e Diretor Comercial e Marketing
Carlos Miguel O.M. Borges Alves	Diretor Adm. Fin. e de RI
Mônica Jorgino Fernandes	Diretora Superintendente

8) Relacionamento com os auditores independentes

Ao longo do exercício de 2015, em atendimento à instrução CVM 381/03, informamos que a KPMG Auditores Independentes prestou exclusivamente serviços de auditoria das demonstrações financeiras para o exercício social findo em 31 de Dezembro de 2015.

Em atendimento ao artigo 25, parágrafo 1º, incisos V e VI, da Instrução CVM nº 480/09, os Diretores da Companhia Fabio Lewkowicz, Carlos Miguel O.M.Borges Alves e Monica Jorgino Fernandes, declaram que (i) reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2015; e (ii) reviram, discutiram e concordam, sem quaisquer ressalvas, com as opiniões expressas no relatório emitido em 30 de março de 2016 pela KPMG Auditores Independentes, com relação às demonstrações financeiras da Maestro Locadora de Veículos S.A. referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2015.



KPMG Auditores Independentes
Av. Dionysia Alves Barreto, 500 -
10º andar - Cj. 1001 - Centro
06086-050 - Osasco/SP - Brasil
Caixa Postal 2467
01060-970 - São Paulo/SP - Brasil

Telefone 55 (11) 3736-1260
Fax 55 (11) 2183-3072
Internet www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos
Conselheiros e Acionistas da
Maestro Locadora de Veículos S.A.
Embú das Artes – SP

Examinamos as demonstrações financeiras da Maestro Locadora de Veículos S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Maestro Locadora de Veículos S.A. em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Osasco, 30 de março de 2016

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP028567/O-1 F-SP

Ulysses M. Duarte Magalhães
Contador CRC RJ-092095/O-8

Maestro Locadora de Veículos S.A.

Balancos patrimoniais em 31 dezembro de 2015 e 2014

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	31/12/2015	31/12/2014	Passivo	Nota	31/12/2015	31/12/2014
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	10	13.340	9.969	Fornecedores	17	2.234	749
Aplicações financeiras de uso restrito	11	966	6.608	Empréstimos e financiamentos	18	5.363	34.977
Contas a receber de clientes	12	6.104	5.552	Debêntures a pagar	20	11.646	-
Veículos em desativação para renovação da frota	13	4.762	1.789	Consórcios a pagar		-	658
Impostos a recuperar		700	520	Salários, encargos e contribuições sociais		376	482
Despesas antecipadas	14	1.151	751	Obrigações tributárias		304	423
Outras contas a receber		547	335	Outras contas a pagar		749	437
Total do ativo circulante		27.570	25.524	Total do passivo circulante		20.672	37.726
Não circulante				Não circulante			
Realizável a longo prazo				Empréstimos e financiamentos			
Aplicações financeiras de uso restrito	11	4.138	3.305	Debêntures a pagar	18	11.884	16.027
Contas a receber de clientes	12	970	954	Consórcios a pagar	20	36.101	-
Depósitos judiciais	21	76	126	Provisão para contingências	21	100	112
Impostos a recuperar		415	415	Imposto de renda e contribuição social diferidos	15	2.275	-
Despesas antecipadas	14	410	114	Total do passivo não circulante		50.360	16.273
Imposto de renda e contribuição social diferidos	15	-	1.448				
Total do Realizável a longo prazo		6.009	6.362	Patrimônio líquido			
Imobilizado	16	74.131	67.483	Capital social	22	51.735	51.135
Intangível		18	10	Prejuízos acumulados		(15.039)	(5.755)
Total do ativo não circulante		80.158	73.855	Total do patrimônio líquido		36.696	45.380
Total do ativo		107.728	99.379	Total do passivo e patrimônio líquido		107.728	99.379

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Maestro Locadora de Veículos S.A.

Demonstração de resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhares de Reais, exceto lucro (prejuízo) por ação)

	Nota	31/12/2015	31/12/2014
Receita líquida	24	61.230	43.991
Custos de locação e venda de veículos	25	<u>(44.274)</u>	<u>(29.550)</u>
Lucro bruto		<u>16.956</u>	<u>14.441</u>
(Despesas) receitas operacionais			
Administrativas e gerais	26	(8.267)	(5.308)
Comerciais	26	(2.875)	(383)
Outras (despesas) receitas operacionais, líquidas	26	<u>380</u>	<u>209</u>
		<u>(10.762)</u>	<u>(5.482)</u>
Resultado antes das despesas financeiras líquidas e impostos		<u>6.194</u>	<u>8.959</u>
(Despesas) receitas financeiras			
Despesas financeiras	27	(16.562)	(9.091)
Receitas financeiras	27	<u>4.807</u>	<u>2.819</u>
Despesas financeiras, líquidas		<u>(11.755)</u>	<u>(6.272)</u>
Lucro (prejuízo) antes dos impostos		<u>(5.561)</u>	<u>2.687</u>
Imposto de renda e contribuição social diferidos	15	<u>(3.723)</u>	<u>(786)</u>
(Prejuízo) lucro líquido do exercício		<u>(9.284)</u>	<u>1.901</u>
Lucro (prejuízo) por ação - básico e diluído (em R\$)	23	<u>(5,35)</u>	<u>1,22</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Maestro Locadora de Veículos S.A.

Demonstração de resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhares de Reais)

	31/12/2015	31/12/2014
(Prejuízo) lucro líquido do exercício	(9.284)	1.901
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
Total dos resultados abrangentes	<u><u>(9.284)</u></u>	<u><u>1.901</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Maestro Locadora de Veículos S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhares de Reais)

	Nota	Capital social			Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido
		Subscrito	A integralizar	Integralizado		
Saldos em 1º de janeiro de 2014		<u>30.535</u>	<u>-</u>	<u>30.535</u>	<u>(7.656)</u>	<u>22.879</u>
Aumento de capital		21.200	(600)	20.600	-	20.600
Lucro líquido do exercício		<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>1.901</u>	<u>1.901</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2014		<u><u>51.735</u></u>	<u><u>(600)</u></u>	<u><u>51.135</u></u>	<u><u>(5.755)</u></u>	<u><u>45.380</u></u>
Aumento de capital	22	-	600	600	-	600
Prejuízo do exercício		<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(9.284)</u>	<u>(9.284)</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2015		<u><u>51.735</u></u>	<u><u>-</u></u>	<u><u>51.735</u></u>	<u><u>(15.039)</u></u>	<u><u>36.696</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Maestro Locadora de Veículos S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa - Método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhares de Reais)

	31/12/2015	31/12/2014
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
(Prejuízo) lucro líquido do exercício	(9.284)	1.901
Ajustes por:		
Imposto de renda e contribuição social diferidos	3.723	786
Depreciação e amortização	7.468	7.772
Custo residual do ativo imobilizado baixado e de veículos em desativação para renovação de frota	26.906	12.638
Baixa/devolução de imobilizado por roubo e/ou perda total	852	819
Encargos financeiros	12.857	8.481
Amortização dos custos de emissão das debêntures	532	-
Perda estimada com créditos de liquidação duvidosa	1.084	2.273
Reversão da perda estimada com créditos de liquidação duvidosa	(803)	(2.543)
Constituição de provisão para contingências, líquida	(12)	-
Baixa de contas a receber incobráveis	1.345	-
Constituição da provisão para perda dos veículos imobilizados e em desativação para renovação de frota	400	146
Variações nos ativos e passivos:		
Contas a receber de clientes	(2.194)	1.339
Aquisições de veículos (vide nota 5m)	(43.699)	(23.764)
Impostos a recuperar	(180)	(241)
Despesas antecipadas	(696)	(103)
Depósitos judiciais	50	(62)
Outras contas a receber	(212)	77
Fornecedores (exceto montadora)	413	250
Salários, encargos e contribuições sociais	(106)	152
Obrigações tributárias	(119)	345
Outras contas a pagar	312	135
Caixa líquido (usado nas) proveniente das atividades operacionais	(1.363)	10.401
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aplicações financeiras de uso restrito	4.809	(5.173)
Aquisição de outros ativos imobilizados	(439)	(189)
Adição ao ativo intangível	(45)	(19)
Caixa líquido proveniente das (usado nas) atividades de investimentos	4.325	(5.381)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Captação de empréstimos, financiamentos, debentures e consórcios	71.420	31.818
Amortização de empréstimos, financiamentos, debentures, consórcios e arrendamentos financeiros	(53.948)	(46.090)
Integralização de capital	600	20.600
Juros pagos	(17.663)	(8.951)
Caixa líquido proveniente das (usado nas) atividades de financiamentos	409	(2.623)
Aumento do caixa e equivalentes de caixa	3.371	2.397
Demonstração do aumento do caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	9.969	7.572
No fim do exercício	13.340	9.969
	<u>3.371</u>	<u>2.397</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Maestro Locadora de Veículos S.A.

Demonstração do valor adicionado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhares de Reais)

	31/12/2015	31/12/2014
Receita bruta de locação e venda de veículos	64.895	47.717
Outras receitas	3.977	614
Descontos concedidos	(220)	(677)
Perda estimada com créditos de liquidação duvidosa	(1.084)	(2.273)
Reversão da perda estimada com créditos de liquidação duvidosa	803	2.543
	68.371	47.924
Insumos adquiridos de terceiros (Inclui ICMS, IPI, PIS e COFINS)		
Custos dos serviços prestados	(13.260)	(8.532)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(5.967)	(2.202)
Comerciais e publicidade	(25)	(33)
Resultado na alienação para renovação de veículos da frota e outros ativos imobilizado	(26.906)	(12.638)
	(46.158)	(23.405)
Valor adicionado bruto	22.213	24.519
Depreciação e amortização	(7.468)	(7.772)
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia	14.745	16.747
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	4.807	2.819
Valor adicionado total a distribuir	19.552	19.566
Distribuição do valor adicionado	19.552	19.566
Pessoal		
Remuneração direta	3.055	2.869
Benefícios	333	497
F.G.T.S	172	139
Impostos, taxas e contribuições		
Federais	4.638	3.829
Imposto de renda e contribuição social diferidos	3.723	786
Remuneração de capitais de terceiros		
Juros e despesas sobre empréstimos	5.239	8.396
Juros e despesas sobre debêntures	9.406	-
Aluguéis	336	454
Outras	1.934	695
Remuneração de capital próprio		
(Prejuízo) lucro líquido do exercício	(9.284)	1.901

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)

1 Contexto operacional

A Maestro Locadora de Veículos S.A. (“Maestro” ou “Companhia”) é uma sociedade anônima, brasileira, de capital aberto, e foi constituída em 12 de março de 2007, com escritório administrativo localizado na Rua Cenno Sbrighi, 45, Água Branca, São Paulo, Estado de São Paulo e sede na Rua Paulo do Vale, 356 - Salão 3 fundos, Vila Cercado Grande, Embú das Artes, no Estado de São Paulo.

A Companhia atua em todo território nacional, no segmento de locação de veículos de longa duração, sem motorista, provendo serviços de terceirização de frotas. Os veículos são comprados junto às principais montadoras do país, permanecem em utilização segundo bases contratuais por aproximadamente 24 meses e são posteriormente vendidos em canais de revenda de usados e leilões especializados. Cabe ressaltar que em 31 de dezembro de 2015, a frota da Maestro era composta por 2.651 veículos (2.590 em 31 de dezembro de 2014).

No âmbito operacional, continuamos trabalhando no sentido de garantir a melhoria contínua da eficiência logística e operacional buscando reduzir tanto o número de dias em que o carro é disponibilizado para o cliente quanto o prazo em que o veículo é vendido.

Contamos com uma rede de 2.500 parceiros distribuídos em todo o território nacional tais como oficinas, concessionárias e lojas especializadas.

Na venda do veículo em fim de ciclo, a partir de 2014, utilizamos apenas o canal de venda no atacado garantido desta forma giro mais rápido do estoque, menos custos fixos de estrutura e melhor adequação ao *mix* atual de veículos da Maestro.

Mantemos parcerias comerciais de longo prazo com as principais montadoras do país, garantindo não só base relativamente diversificada de potenciais fornecedores como também condições gerais competitivas para aquisição de veículos. Este relacionamento tem garantido ao longo dos anos condições comerciais adequadas ao perfil de clientes que buscamos manter e conquistar. Buscamos também a melhoria contínua destas condições de gerais de aquisição de veículos à medida que a Companhia evolui em seu ciclo de negócios.

Após estabelecer os fundamentos financeiros essenciais para o crescimento sustentável da Companhia, mesmo em um cenário macroeconômico instável e pouco favorável, e tendo consolidado investimentos importantes na melhoria da operação ao longo dos últimos anos, teremos como objetivo principal a retomada da lucratividade e crescente retorno sobre capital investido.

Contaremos para isso com dois pilares fundamentais:

- Operação mais ajustada e eficiente, carregando ganhos de produtividades recentes para o horizonte futuro previsível;

- Diversificação com a entrada em segmentos de maior valor agregado, com maiores margens e retorno sobre capital investido. Utilizaremos nosso *know-how* e *expertise* para atuar também em segmentos que tenham ainda maior escopo de customização, maiores barreiras de entrada com menos competição e maior rentabilidade marginal.

2 Base de preparação

a. Declaração de conformidade com relação às normas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e às normas CVM

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo as práticas contábeis adotadas no Brasil (“BR GAAP”), e os pronunciamentos emitidos pelo CPC e às normas da Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

Estas informações incluem todas as informações requeridas para as demonstrações financeiras preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (“BR GAAP”), em consonância com normas, orientações e interpretações emitidas pelo CPC.

A administração da Companhia confirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 22 de março de 2016.

b. Reclassificações

A Companhia efetuou reclassificações na demonstração do resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2014 para melhor apresentação e comparabilidade com 2015. Os montantes de R\$ 1.143 referente a custos com pessoal da área operacional e R\$ (202) relativo a recuperação de custos com manutenção, foram reclassificados das rubricas de Despesas administrativas e gerais, e outras (despesas) receitas operacionais líquidas, respectivamente, para a rubrica de Custos de locação e venda de veículos.

c. Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as demonstrações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

3 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

a. Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que tem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas na seguinte nota explicativa:

- **Nota explicativa 13** - Veículos em desativação para renovação da frota;
- **Nota explicativa 16** - Imobilizado (depreciação de veículos) e valor residual.

b. Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material no exercício findo em 31 de dezembro de 2015 estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota explicativa 12** - Contas a receber de clientes (movimentação da PECLD);
- **Nota explicativa 13** - Veículos em desativação para renovação da frota;
- **Nota explicativa 15** - Reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual prejuízos fiscais possam ser utilizados;
- **Nota explicativa 16** - Imobilizado (depreciação de veículos e valor residual).

Mensuração do valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração dos valores justos, para os ativos e passivos financeiros e não financeiros. A Companhia estabeleceu uma estrutura de controle relacionada à mensuração dos valores justos. Isso inclui uma equipe de avaliação que possui a responsabilidade geral de revisar todas as mensurações significativas de valor justo para reportar ao diretor financeiro.

A equipe de avaliação revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se a informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar os valores justos, então a equipe de avaliação analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos do CPC, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas em técnicas de avaliação.

A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do exercício das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças.

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota explicativa 13** - Veículos em desativação para renovação da frota;
- **Nota explicativa 16** - Imobilizado (valor residual dos veículos);
- **Nota explicativa 30** - Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros.

4 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- Os veículos em desativação para renovação da frota são mensurados pelo valor justo menos o custo de venda.
- Os instrumentos financeiros designados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo.

5 Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras.

a. Instrumentos financeiros

(i) Ativos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia não reconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

A Companhia classifica os ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis.

Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação, ou seja, designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Companhia gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos da Companhia. Os custos da transação, são reconhecidos no resultado como incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos, os quais levam em consideração qualquer ganho com dividendos, são reconhecidas no resultado do exercício.

Ativos financeiros designados pelo valor justo através do resultado compreendem instrumentos patrimoniais que de outra forma estariam classificados como disponíveis para venda. Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de

curto prazo e não para investimentos ou outros fins.

Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Os empréstimos e recebíveis abrangem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e outras contas a receber.

Aplicações financeiras de uso restrito

Aplicações financeiras de uso restrito referem-se a certificados de depósito bancário, que refletem as condições usuais de mercado, e na data do balanço patrimonial, não possuem liquidez imediata e não possuem risco de variações significativas de flutuação em função da taxa de juros, e mensuradas ao valor justo em contrapartida do resultado. Essas aplicações financeiras são garantidoras de empréstimos bancários da Companhia.

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizados na gestão das obrigações de curto prazo.

(ii) *Passivos financeiros não derivativos*

A Companhia reconhece títulos de dívida emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retirada, cancelada ou vencida.

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos e financiamentos, debêntures, consórcio a pagar, fornecedores e outras contas a pagar.

b. Capital social

Ações ordinárias

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido.

c. Imobilizado

(i) *Reconhecimento e mensuração*

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, constituídas quando necessário.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado), são reconhecidos em outras receitas/ despesas operacionais no resultado.

(ii) *Custos subsequentes*

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia e o seu custo possa ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia-a-dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

(iii) *Depreciação*

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual (valor estimado que a Companhia obterá com a venda do ativo, após deduzir as despesas estimadas de venda, caso o ativo já tivesse a idade e a condição esperada para o fim de sua vida útil).

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo dos benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Ativos arrendados são depreciados pelo exercício que for mais curto entre o prazo do arrendamento e as vidas úteis, a não ser que esteja razoavelmente certo que a Companhia irá obter a propriedade ao final do prazo do arrendamento.

As vidas úteis estimadas para os bens do ativo imobilizado são aproximadamente:

	31/12/2015	31/12/2014
Veículos ¹	2 - 3 anos	2 - 3 anos
Equipamentos de informática e telefonia	5 - 10 anos	5 - 10 anos
Máquinas e equipamentos	10 anos	10 anos
Móveis e utensílios	10 anos	10 anos
Móveis em arrendamentos	10 anos	10 anos
Benfeitorias	10 anos	10 anos

Em relação aos veículos operacionais da Companhia, a depreciação é mensurada pela diferença entre o custo e o valor residual líquido, sendo, este último, o preço estimado de venda no curso normal dos negócios.

Sua precificação estimada de venda utiliza como base os preços de referência do mercado, as características históricas de comercialização da Companhia, bem como o uso e aplicação da frota objeto da precificação.

d. Intangível

Os ativos intangíveis compreendem os ativos adquiridos de terceiros e são mensurados pelo custo total de aquisição, menos as despesas de amortização.

Amortização

Amortização é calculada sobre o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A amortização é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

e. Ativos arrendados

Os arrendamentos em cujos termos a Companhia assume os riscos e benefícios inerentes à propriedade são classificados como arrendamentos financeiros. No reconhecimento inicial o ativo arrendado é medido pelo valor igual ao menor entre o valor justo e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento mercantil. Após o reconhecimento inicial, o ativo é registrado de acordo com a política contábil aplicável ao ativo.

f. Veículos em desativação para renovação da frota

A frota de veículos é renovada após sua vida útil-econômica, que compreende basicamente o exercício em que a frota está alugada a terceiros. Após este exercício os veículos cessam sua depreciação e passam a ser mantidos para venda (atividade acessória à sua operação). Estes são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido, conforme requerido pelo CPC 31 - Ativo Não Circulante Mantido para Venda e Operação Descontinuada.

O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios. Sua precificação estimada de venda utiliza como base os preços de referência do mercado, as

¹ A vida útil estimada dos veículos, normalmente é de 2 anos, mas ela pode variar em função do prazo de vigência do contrato de locação e de sua utilização.

características históricas de comercialização da Companhia, bem como o uso e aplicação da frota objeto da precificação.

A desativação do ativo imobilizado ocorre em decorrência da necessidade de renovação da frota ao término do exercício de utilização da frota nas atividades de aluguel.

Redução ao valor recuperável

(i) *Ativos financeiros (incluindo recebíveis)*

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não-pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido a Companhia sobre condições de que a Companhia não consideraria em outras transações, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título. Além disso, para um instrumento patrimonial, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo é evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado

A Companhia considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado (para recebíveis e títulos de investimentos mantidos até o vencimento) tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda de valor específico. Ao avaliar a perda de valor recuperável de forma coletiva a Companhia utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração quanto às premissas se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

(ii) *Ativos não financeiros*

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, exceto para o imposto de renda e contribuição social diferidos (que seguem o pronunciamento CPC 01 R1), são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou Unidade Geradora de Caixa (“UGC”) exceder o seu valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao exercício de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo ou UGC. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados ao menor

grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos (a “unidade geradora de caixa ou UGC”).

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida caso o valor contábil de um ativo ou sua UGC exceda seu valor recuperável estimado. Perdas de valor são reconhecidas no resultado.

g. Provisões

Provisões são reconhecidas quando a Companhia possui uma obrigação (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

Adicionalmente, em casos raros onde não é claro se existe ou não uma obrigação presente, presume-se que um evento passado dá origem a uma obrigação presente se, levando em consideração toda a evidência disponível, é mais provável que sim do que não que existe uma obrigação presente na data do balanço.

h. Receita líquida operacional

(i) Receita de locação de veículos

A receita de locação de bens (veículos) é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. As receitas de locação de frota são reconhecidas em bases mensais pelo exercício do contrato de aluguel.

(ii) Venda de veículos

A receita líquida operacional da venda de bens (veículos), atividade acessória e complementar da atividade de locação de veículos, é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência de que os riscos e benefícios mais significativos inerentes a propriedade dos bens foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a Companhia, de que os custos associados e a possível devolução de veículos pode ser estimada de maneira confiável, de que não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos, e de que o valor da receita líquida operacional possa ser mensurada de maneira confiável. Caso seja provável que descontos serão concedidos e o valor possa ser mensurado de maneira confiável, então o desconto é reconhecido como uma redução da receita líquida operacional conforme as vendas são reconhecidas.

i. Arrendamentos

(i) Pagamentos de arrendamentos

Os pagamentos mínimos de arrendamento efetuados sob arrendamentos financeiros são alocados entre despesas financeiras e redução do passivo em aberto. As despesas financeiras são alocadas a cada exercício durante o prazo do arrendamento visando a produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo.

(ii) Determinando se um contrato contém um arrendamento

No começo de um contrato a Companhia define se o contrato é ou contém um arrendamento. Isso é o caso se as duas condições abaixo são atendidas:

- (a)** Cumprimento do contrato é dependente do uso daquele ativo especificado; e
- (b)** O contrato contém direito de utilização do ativo.

A Companhia separa, no começo do contrato ou no momento de uma eventual reavaliação do contrato, pagamentos e outras contraprestações exigidas por tal contrato entre aqueles para o arrendamento e aqueles para outros componentes baseando-se em seus valores justos relativos. Caso a Companhia conclua que para um arrendamento financeiro seja impraticável a separação dos pagamentos de uma forma confiável, um ativo e um passivo são reconhecidos por um valor igual ao valor justo do ativo subjacente. Posteriormente, os pagamentos mínimos de arrendamentos efetuados sob arrendamentos financeiros são alocados entre despesa financeira (baseado na taxa de juros incremental da Companhia) e redução do passivo em aberto.

j. Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre fundos investidos e juros de mora incidentes sobre valores recebíveis. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos e financiamentos, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. Custos de empréstimos que não são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos.

k. Imposto de renda e contribuição social

O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido não é reconhecido para diferenças temporárias oriundas do reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja combinação de negócios e que não afete nem a contabilidade tampouco o lucro ou prejuízo tributável.

O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras.

Na determinação do imposto de renda corrente e diferido a Companhia leva em consideração o impacto de incertezas relativas as posições fiscais tomadas e se o pagamento adicional de imposto de renda e juros tenha que ser realizado. A Companhia acredita que a provisão para imposto de renda no passivo está adequada com relação a todos os exercícios fiscais em aberto baseada em sua avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das leis fiscais e experiência passada. Essa avaliação é baseada em estimativas e premissas que podem envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem ser disponibilizadas o que levariam a Companhia a mudar o seu julgamento quanto a adequação da provisão existente; tais alterações impactarão a despesa com imposto de renda no ano em que forem realizadas.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

l. Demonstração do valor adicionado

A Companhia elaborou a demonstração do valor adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras conforme BR GAAP aplicável as companhias abertas e fechadas.

m. Demonstração dos fluxos de caixa (DFC)

As demonstrações financeiras dos fluxos de caixa, pelo método indireto, são preparadas e apresentadas de acordo com o pronunciamento contábil CPC 03 (R2) - Demonstrações dos fluxos de caixa (DFC). Os efeitos não caixa que não afetaram a DFC estão apresentadas como divulgação suplementar abaixo:

Divulgação suplementar às demonstrações financeiras dos fluxos de caixa

Demonstração do caixa pago pela aquisição de veículos:	31/12/2015	31/12/2014
Aquisições de veículos no exercício	(44.771)	(25.161)
Fornecedores - Montadoras de veículos (nota 17):		
Saldo no final do exercício	1.122	50
Saldo no início do exercício	50	163
	1.072	(113)
Aquisição de veículos por meio de arrendamento financeiro	-	1.510
Caixa pago pela aquisição de veículos	(43.699)	(23.764)

6 Determinação do valor justo

Nas políticas contábeis na elaboração das demonstrações financeiras, há a observância do valor justo dos ativos e passivos financeiros e não financeiros. Tais valores têm sido apurados conforme os métodos infra citados:

a. Contas a receber de clientes e outras contas a receber

O valor justo de contas a receber de clientes e outras contas a receber é estimado como o valor presente de fluxos de caixa futuros, descontado pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação.

b. Passivos financeiros não derivativos

O valor justo, que é determinado para fins de divulgação, é calculado baseando-se no valor principal acrescido dos juros contratados *pro-rata temporis* na data de divulgação dos resultados. Quanto ao componente passivo dos instrumentos conversíveis de dívida, a taxa de juros de mercado é apurada por referência a passivos semelhantes que não apresentam uma opção de conversão. Para arrendamentos financeiros, a taxa de juros é apurada por referência a contratos de arrendamentos semelhantes.

c. Outros passivos financeiros não derivativos

O valor justo, que é determinado para fins de divulgação, é calculado baseando-se no valor presente do principal.

d. Instrumentos financeiros derivativos

Derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo; custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo, e as variações no valor justo são registradas diretamente no resultado.

7 Gerenciamento do risco financeiro

Visão geral

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- Risco de mercado
- Risco operacional
- Risco de liquidez
- Risco de crédito

As práticas de gerenciamento de risco têm por objetivo identificar, monitorar, analisar e mitigar potenciais perdas à Companhia, estabelecendo limites e controles para o seu gerenciamento.

A Diretoria tem responsabilidade pelo estabelecimento e supervisão do gerenciamento dos riscos reportando-os de forma sistemática ao Conselho de Administração.

a. *Risco de mercado*

Definido como alterações nos preços de mercado, cujo componente de maior relevância são o risco taxa de juros e de valor residual dos veículos.

A Companhia busca também um adequado balanço entre suas captações de dívida pós e pré-fixadas.

O constante monitoramento das curvas futuras de juros, com implicação direta na precificação do aluguel, permite à Companhia, a cada momento, mitigar efeitos de flutuações de juros nos prazos do contrato, preservando a rentabilidade dos mesmos ao longo de sua duração.

Os valores residuais dos veículos, definidos como valores estimados de venda da frota após encerramento do ciclo do contrato de terceirização são constantemente monitorados pela Administração e levam em consideração principalmente fatores como valores atuais de mercado dos veículos, ciclo de vida dos modelos, canal de venda dos veículos e políticas do governo com relação aos impostos incidentes nas operações de vendas de veículos.

b. *Risco de taxa de juros*

O risco de taxas de juros é aquele no qual a Companhia poderá vir a sofrer perdas econômicas decorrentes de alterações adversas nas taxas de juros, que podem ser ocasionadas por fatores relacionados a crises econômicas e/ou alterações na política monetária no mercado interno e externo. A Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado visando avaliar a eventual necessidade de contratação de operações com o objetivo de proteção contra a volatilidade dessas taxas.

c. *Risco operacional*

Risco operacional é o risco de natureza estrutural, tecnológica, pessoal e de infra-estrutura que surgem de todas as atividades intrínsecas à locação de automóveis.

A responsabilidade pela gestão dos riscos e otimização de seu monitoramento é da Administração. Dentre os principais riscos operacionais estão:

- Risco de performance: onde controles, processos e procedimentos devem garantir o fiel cumprimento dos itens contratados mantendo-se custos reais iguais ou inferiores aos projetados.

- Risco de integridade do ativo: definidos como perdas não previstas como multas, avarias e sinistros sejam cobertos por mecanismos perfeitamente definidos de reembolso e auto seguro.

d. *Risco de crédito*

Risco de crédito é o risco da Companhia em incorrer em prejuízos financeiros decorrentes do não pagamento de obrigações contratuais pelos seus clientes.

Os principais elementos mitigadores do risco de crédito adotados pela Companhia são:

- Uso de metodologia e ferramentas padrão de mercado na análise e concessão de crédito;
- Padronização de contratos, dentro de certos parâmetros que não reduzam flexibilidade e atratividade comercial;
- Canal de comunicação rápido e transparente com o Cliente no sentido de dirimir com agilidade possíveis questionamentos de cobranças adicionais ao aluguel básico, tais como multas e avarias.

e. *Risco de liquidez*

O risco de liquidez é definido como aquele em que a Companhia pode encontrar dificuldades no cumprimento de suas obrigações financeiras.

As principais ferramentas mitigadoras deste risco adotadas são:

Uso de metodologia e ferramentas padrão de mercado na análise e concessão de:

- Planejamento de caixa: com grande ênfase na previsibilidade do capex líquido, ou seja, nas compras e vendas de veículos.
- Adoção de caixa mínimo, que permita cumprir obrigações contratadas mesmo num evento de hipotético stress de mercado, de enxugamento sistêmico de liquidez.

Gestão de capital

A Gestão de capital da Companhia é realizada de forma a garantir, a qualquer momento, a sustentabilidade financeira da Companhia por meios próprios. Contribuem de forma decisiva nesta gestão a alta previsibilidade dos fluxos de caixa operacionais, decorrentes dos contratos de longa duração, e a natureza própria de baixa sazonalidade no negócio.

Neste sentido, busca-se garantir que a todo momento, que o fluxo de caixa operacional da Companhia, somado aos recursos provenientes da venda de carros, sejam iguais ou superiores ao serviço do endividamento, incluindo pagamentos de juros e principal.

Desta forma, o financiamento para crescimento de frota é dimensionado pela soma do fluxo de caixa operacional (incluindo o fluxo de caixa de venda de veículos) e por novas linhas de financiamento, deduzidas dos pagamentos correntes de dívida.

A Companhia busca manter sempre alternativas de novas linhas de financiamento de modo a suportar seu plano de crescimento.

Abaixo demonstramos a dívida líquida ao final do exercício:

	31/12/2015	31/12/2014
Empréstimos, financiamentos, debêntures, arrendamentos financeiros e consórcios a pagar - Dívida bruta	64.994	51.796
Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras de uso restrito	<u>(18.444)</u>	<u>(19.882)</u>
Dívida líquida	<u>46.550</u>	<u>31.914</u>

8 Novas normas e interpretações ainda não adotadas

Uma série de novas normas, alterações de normas e interpretações serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2016 e, não foram adotadas na preparação destas demonstrações financeiras. Aquelas que podem ser relevantes para a Companhia estão mencionadas abaixo. A Companhia não planeja adotar estas normas de forma antecipada.

IFRS 9 *Financial Instruments* (Instrumentos Financeiros)

A IFRS 9, publicada em julho de 2014, substitui as orientações existentes na IAS 39 *Financial Instruments: Recognition and Measurement* (Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração). A IFRS 9 inclui orientação revista sobre a classificação e mensuração de instrumentos financeiros, incluindo um novo modelo de perda esperada de crédito para o cálculo da redução ao valor recuperável de ativos financeiros, e novos requisitos sobre a contabilização de hedge. A norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros da IAS 39.

A IFRS 9 é efetiva para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018, com adoção antecipada permitida.

IFRS 15 *Revenue from Contracts with Customers* (Receita de Contratos com Clientes)

A IFRS 15 exige uma entidade a reconhecer o montante da receita refletindo a contraprestação que elas esperam receber em troca do controle desses bens ou serviços. A nova norma vai substituir a maior parte da orientação detalhada sobre o reconhecimento de receita que existe atualmente em IFRS quando a nova norma for adotada.

A nova norma é aplicável a partir de ou após 1º de janeiro de 2018, com adoção antecipada permitida pela IFRS. A norma poderá ser adotada de forma retrospectiva, utilizando uma abordagem de efeitos cumulativos.

A Companhia está em fase de discussões iniciais quanto aos possíveis efeitos que o IFRS 15 poderá causar nas demonstrações financeiras e nas suas divulgações. A Companhia ainda não escolheu o método de transição para a nova norma nem determinou os efeitos da nova norma nos relatórios financeiros atuais.

IFRS 16 - *Leasing* (Arrendamentos)

A IFRS 16 exigirá que uma entidade reconheça todos os arrendamentos nos quais a Companhia é arrendatária no balanço patrimonial. A nova norma é aplicável a partir de ou após 1º de janeiro de 2019 e substituirá a IAS 17 - Arrendamentos.

Adicionalmente, não se espera que as seguintes novas normas ou modificações possam ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia:

- *Acceptable Methods of Depreciation and Amortisation* (Métodos Aceitáveis de Depreciação e Amortização) (alterações do CPC 27 / IAS 16 e CPC 04 / IAS 38);
- Melhorias anuais das IFRSs de 2012-2014 - várias normas;
- *Disclosure Initiative* (Iniciativa de Divulgação) (Alteração do CPC 26 / IAS 1).

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes correspondentes a todas as novas IFRS. Portanto, a adoção antecipada dessas IFRS não é permitida para entidades que divulgam as suas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

9 Informações por segmento

A Administração da Companhia definiu o segmento de locação de veículos como o único segmento operacional, baseando-se nos relatórios utilizados pelo Conselho de Administração para a tomada de decisões estratégicas.

A Companhia está organizada, e tem o seu desempenho avaliado, como única unidade de negócio para fins operacionais, comerciais, gerenciais e administrativos.

O negócio da Companhia é locação de veículos. Como parte de seu programa de renovação de veículos, a Companhia aliena seus carros desativados ao término do contrato celebrado com o cliente, por meio de revendedores e de parceiros lojistas.

10 Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2015	31/12/2014
Caixa e bancos	646	70
Aplicações financeiras	<u>12.694</u>	<u>9.899</u>
	<u>13.340</u>	<u>9.969</u>

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. A Companhia possui opção de resgate antecipado das referidas aplicações financeiras, sem penalidade de perda de rentabilidade. Estes instrumentos financeiros referem-se a aplicações em Certificados de Depósito Bancários (CDB) remunerados a aproximadamente 100,0% do Certificados de Depósito Interbancários (CDI-C) (100,5% em 2014).

11 Aplicações financeiras de uso restrito

	31/12/2015	31/12/2014
Circulante	966	6.608
Não circulante	<u>4.138</u>	<u>3.305</u>
	<u>5.104</u>	<u>9.913</u>

Referem-se a Certificados de depósitos bancários (CDB`s), que na data do balanço patrimonial não possuem liquidez imediata e não possuem risco de variações significativas de flutuação em função de taxa de juros, mensuradas ao valor justo. Essas aplicações são remuneradas a aproximadamente 100% do CDI (100% em 31 de dezembro de 2014), e estão vinculadas aos empréstimos associados (garantidoras), conforme divulgação na nota explicativa 18.

12 Contas a receber de clientes

	31/12/2015	31/12/2014
Circulante		
Locação de veículos	8.240	7.391
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	<u>(1.166)</u>	<u>(885)</u>
	<u>7.074</u>	<u>6.506</u>
Circulante	6.104	5.552
Não circulante	970	954

A exposição máxima ao risco de crédito para as contas a receber de clientes na data do relatório foi:

Faixa	31/12/2015	31/12/2014
À Vencer	4.094	3.633
Vencidos:		
De 1 a 60 dias	898	988
De 61 a 90 dias	461	85
De 91 a 180 dias	356	268
De 181 a 360 dias	337	233
Acima de 360 dias	<u>2.094</u>	<u>2.184</u>
	<u>8.240</u>	<u>7.391</u>

As contas a receber “Não circulante” são compostas por faturas a receber dos clientes que estão em processo de cobrança judicial em que a Companhia não possui expectativa de realização dentro do prazo de um ano da data base do balanço patrimonial.

De acordo com a opinião dos advogados que patrocinam tais ações, as chances de recuperação dos montantes faturados existem, tendo em vista a solidez financeira das empresas em questão.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2015, houve um complemento na provisão líquida no valor de R\$ 281 para títulos vencidos acima de 180 dias.

A movimentação da perda estimada com créditos de liquidação duvidosa no circulante ficou conforme demonstrado abaixo:

	Circulante	Não circulante
Saldo em 31/12/2014	(495)	(390)
Reversão da provisão	413	390
Constituição da provisão	(1.084)	-
Saldo em 31/12/2015	(1.166)	-

As perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa foram constituídas em montante considerado suficiente pela Administração para suprir as eventuais perdas de realização de créditos.

Adicionalmente, no exercício findo em 31 de dezembro de 2015, a Companhia efetuou a baixa de créditos considerados incobráveis no montante de R\$ 1.345 registrada ao resultado do exercício.

13 Veículos em desativação para renovação da frota

	31/12/2014	31/12/2015			Total
	Saldos	Provisão para perda	Baixas	Transfer. de veículos ⁽¹⁾	
Custo	2.320	-	(34.870)	38.709	6.159
Depreciação acumulada	(531)	(323)	7.964	(8.507)	(1.397)
	1.789	(323)	(26.906)	30.202	4.762

A Companhia mantém política e procedimento para analisar e comparar o valor contábil dos veículos em desativação para renovação da frota com seu valor realizável líquido. E, quando há incertezas quanto a realização do seu valor realizável líquido, uma provisão para perda (*impairment*) é constituída.

- (1) Transferência de veículos no imobilizado.

14 Despesas antecipadas

	31/12/2015	31/12/2014
1º emplacamento	930	564
Despesas Bancárias	283	80
Outros	348	221
	1.561	865
Circulante	1.151	751
Não circulante	410	114

As despesas antecipadas de 1º emplacamento são apropriadas ao resultado no prazo médio de 24 meses, devido à natureza dos contratos de locação.

As demais despesas antecipadas são apropriadas de acordo com o seu prazo de vigência.

15 Imposto de renda e contribuição social diferidos

a. Balanço patrimonial

A seguir apresentamos as naturezas que representam os saldos de ativo e passivo fiscal diferido da Companhia nos exercícios comparativos:

	31/12/2015			31/12/2014		
	Ativos	Passivos	Líquido	Ativos	Passivos	Líquido
Prejuízo fiscal e Base negativa de IRPJ e CSLL	15.578	-	15.578	10.446	-	10.446
Ajuste de arrendamento financeiro	-	(7.420)	(7.420)	-	(6.752)	(6.752)
Ajuste de depreciação	-	(3.709)	(3.709)	-	(2.588)	(2.588)
Outras adições temporárias	624	-	624	342	-	342
(-) Parcela não reconhecida	(7.348)	-	(7.348)	-	-	-
	<u>8.854</u>	<u>(11.129)</u>	<u>(2.275)</u>	<u>10.788</u>	<u>(9.340)</u>	<u>1.448</u>

O ativo é composto de prejuízo fiscal e base negativa de IRPJ e CSLL e outras diferenças temporárias, representadas por provisões para créditos de liquidação duvidosa, perda do valor recuperável dos veículos em desativação para renovação de frota e contingências.

A Companhia, na expectativa de gerar lucro tributável suficiente para compensar o imposto diferido ativo integralmente nos próximos anos, reconhece em suas demonstrações financeiras o ativo fiscal diferido decorrente de prejuízos fiscais, base negativa de impostos de renda e contribuição social e diferenças temporárias. Com base no estudo técnico de geração de lucros tributáveis futuros, aprovado pelo Conselho de Administração, a Companhia estima recuperar esses créditos tributários nos próximos 10 anos, o qual resultou em reconhecimento de baixa de créditos fiscais sobre prejuízos fiscais e base negativa no montante de R\$ 3.723 para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

O passivo é composto do imposto a pagar diferido sobre as operações de arrendamento mercantil e o ajuste de depreciação sobre o ativo imobilizado entre a vida útil econômica e as taxas fiscais.

b. Resultado do exercício

A despesa de impostos diferidos reconhecida no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2015 é de R\$ (3.723) (despesa de R\$ 786 em 31 de dezembro de 2014).

O imposto de renda e a contribuição social diferidos registrados no resultado têm a seguinte origem:

	31/12/2015	31/12/2014
Ativo não circulante		
Outras diferenças temporárias	830	(262)
Prejuízo fiscal e base negativa de CSLL	15.091	7.205
Ajuste de prejuízos fiscais não reconhecidos	<u>(21.612)</u>	<u>-</u>
	<u>(5.691)</u>	<u>6.942</u>
Passivo não circulante		
Ajuste de depreciação	(1.965)	-
Ajuste de arrendamento mercantil	<u>(3.298)</u>	<u>(9.254)</u>
	<u>(5.263)</u>	<u>(9.254)</u>
Total	<u><u>(10.954)</u></u>	<u><u>(2.311)</u></u>
Alíquota imposto de renda (25%)	(2.738)	(578)
Alíquota contribuição social (9%)	<u>(985)</u>	<u>(208)</u>
Imposto de renda e contribuição social diferidos	<u><u>(3.723)</u></u>	<u><u>(786)</u></u>

16 Imobilizado

a. Movimentação do custo

	31/12/2014		31/12/2015			Total
	Saldos	Adições	Baixas	Transferências	Transfer. para renovação ¹	
Veículos operacionais	72.301	520	(220)	40.392	(38.709)	74.284
Equipamentos de informática e telefonia	164	48	-	-	-	212
Máquinas e equipamentos	778	66	-	-	-	844
Móveis e utensílios	107	-	-	-	-	107
Benfeitorias	139	-	-	-	-	139
Imobilizado em curso	4.968	44.251	-	(40.392)	-	8.827
Acessórios	-	263	-	-	-	263
Adiantamentos de consórcio	319	62	(381)	-	-	-
	<u>78.776</u>	<u>45.210</u>	<u>(601)</u>	<u>-</u>	<u>(38.709)</u>	<u>84.676</u>

b. Movimentação da depreciação acumulada

	Taxa de Depreciação ²	31/12/2014		31/12/2015		Total
		Saldos	Adições	Baixas	Transfer. para Renovação ¹	
Veículos operacionais	11%	(10.960)	(7.268)	72	8.507	(9.649)
Equipamentos de informática e telefonia ³	10-20%	(60)	(23)	-	-	(83)
Máquinas e equipamentos	10%	(207)	(116)	-	-	(323)
Móveis e utensílios	10%	(30)	(11)	-	-	(41)
Benfeitorias	10%	(36)	(13)	-	-	(49)
		<u>(11.293)</u>	<u>(7.431)</u>	<u>72</u>	<u>8.507</u>	<u>(10.145)</u>
Provisão para perdas e roubos		-	(400)	-	-	(400)
Imobilizado líquido		<u>67.483</u>	<u>37.379</u>	<u>(529)</u>	<u>(30.202)</u>	<u>74.131</u>

- (¹) Transferência de desativação para renovação de frota.
- (²) Taxa de depreciação anual utilizada para determinar a vida útil de cada item do ativo, conforme nota 5, item c., subitem (iii).
- (³) Foram considerados os prazos de 5 anos para equipamentos de telefonia e 10 anos para equipamentos de informática.

c. Veículos arrendados

A Companhia arrenda veículos sob uma série de acordos de arrendamentos financeiros, cujas obrigações de arrendamento estão divulgadas na nota explicativa 18. Em 31 de dezembro de 2015, o valor contábil residual dos veículos arrendados era de R\$ 1.252 (R\$ 9.810 em dezembro de 2014).

Os contratos de arrendamento mercantil destinam-se exclusivamente à aquisição de veículos que serão locados em contratos de longa duração (prazos usuais entre 24 e 36 meses). O total de pagamentos contingentes é imaterial, não há condições de opções de renovação ou de compra e cláusula de reajustamento. Não há também, nos referidos contratos, restrições impostas por acordos de arrendamento mercantil.

d. Garantias

Em 31 de dezembro de 2015, o equivalente a 90% da frota total da Companhia (2.386 veículos) é garantidora de empréstimos bancários, financiamentos e arrendamentos financeiros cujo valor residual líquido monta R\$ 69.602 (R\$ 57.555 em dezembro de 2014).

17 Fornecedores

	31/12/2015	31/12/2014
Montadoras	1.122	50
Fornecedores diversos	1.112	699
	2.234	749

18 Empréstimos e financiamentos

O perfil do endividamento da Companhia nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e em 31 de dezembro de 2014 estão resumidos nos quadros abaixo:

31 de dezembro de 2015								
Modalidade	Moeda	Taxa Ano (%)		Ano de Vcto	Circulante	Não circulante	Total	% Total
		Min.	Max.					
Giro (Pré)	R\$	0,92 a.m	1,41 a.m	2019	1.207	3.552	4.759	22,6%
Giro (Pós)	R\$	0,34 a.m + CDI	0,47 a.m + CDI	2019	4.310	11.175	15.486	73,6%
Arrendamento financeiro (Pós)	R\$	0,28 a.m + CDI	0,45 a.m. + CDI	2017	532	258	790	3,8%
					6.050	14.986	21.035	
Custos de empréstimos e financiamentos					(687)	(3.102)	(3.788)	
Total					5.363	11.884	17.247	

31 de dezembro de 2014

Modalidade	Moeda	Taxa Ano (%)		Ano de Vcto	Circulante	Não circulante	Total	% Total
		Min.	Max.					
CDC/Compror	R\$	1,35 a.m	1,35 a.m	2016	9	-	9	0,02
Giro (Pré)	R\$	0,88 a.m	1,35 a.m	2017	12.993	6.602	19.595	37,75
Giro (Pós)	R\$	0,2499 a.m + CDI	0,59 a.m + CDI	2017	17.335	8.665	26.000	50,09
Arrendamento financeiro (Pós)	R\$	0,27 a.m + CDI	0,44 + CDI a.m	2017	5.087	1.216	6.303	12,12
					35.424	16.483	51.907	100
Custos de empréstimos e financiamentos					(447)	(456)	(903)	
Total					34.977	16.027	51.004	

Combinados, empréstimos e financiamentos, debêntures e consórcios (vide notas explicativas 20 e 21) compõem a dívida bruta de R\$ 64.994 em 31 de dezembro de 2015 (R\$ 51.796 em 31 de dezembro de 2014).

a. Garantias

Os empréstimos são garantidos por veículos na modalidade arrendamento financeiro e composição de veículos, conforme divulgado na nota explicativa 16 e/ou recebíveis em algumas operações de capital de giro. Em 31 de dezembro de 2015, do total do endividamento bruto de R\$ 64.994, equivalente a 98% eram garantidos por alienação fiduciária de veículos (R\$ 57.555, 85% em 31 de dezembro de 2014).

b. Cláusulas contratuais

Em 4 de agosto de 2014, a Companhia contratou linha de crédito junto ao Banco Panamericano CCB no valor principal de R\$ 5.619, com vencimento final em 4 de agosto de 2017, a qual durante o prazo de vigência, está sujeita ao cumprimento trimestral de determinados índices e limites financeiros relacionados a endividamento e alavancagem, exigíveis a partir de 31 de dezembro de 2014, tendo por base as informações contábeis financeiras não auditadas e as demonstrações financeiras anuais auditadas em 31 de dezembro.

A condição contratual e o cumprimento dos índices e limites financeiros são apresentados a seguir:

Condição contratual	Restrição	Realizado
(i) Índice obtido da divisão da dívida financeira líquida pelo EBITDA (acumulado últimos 12 meses)	< 5,0	3,04
(ii) Índice obtido da divisão da dívida financeira líquida pelo Patrimônio Líquido	< 4,0	1,27

As divulgações sobre a exposição da Companhia a riscos de taxa de juros e liquidez, estão na nota explicativa 30.

19 Passivos de arrendamentos financeiros

Os passivos de arrendamentos financeiros compreendem somente os valores relacionados a veículos, os quais foram arrendados com cláusula de transferência ao final do contrato por um valor significativamente menor do que o valor de mercado. Esses contratos não possuem cláusulas de renovação.

Durante o exercício de 2015 foram adquiridos 46 veículos em arrendamento financeiro, perfazendo captação no montante de R\$ 1.496. Em 31 de dezembro de 2015 a Companhia possuía 51 veículos dados em garantia em operações de arrendamento financeiro (330 veículos em 31 de dezembro de 2014).

Os contratos de arrendamentos financeiros são efetuados as taxas pré-fixadas com parcelas fixas e pós-fixadas com parcelas variáveis até o exercício do contrato. Os veículos adquiridos através de arrendamento são objeto de arrendamento operacional junto a seus clientes que podem ser rescindidos, a qualquer tempo, por ambas as partes, mediante aviso formal.

Os vencimentos destas obrigações estão distribuídos, como segue:

	Pagamentos mínimos futuros de arrendamento		Juros		Valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Menos de um ano	630	5.649	(98)	(562)	532	5.087
Entre um e cinco anos	268	1.338	(10)	(122)	258	1.216
	898	6.987	(108)	(684)	790	6.303

20 Debêntures a pagar

	31/12/2015	31/12/2014
Debêntures a pagar	50.679	-
(-) Custos de transação para emissão de debêntures	(2.932)	-
	47.747	-
Circulante	11.646	-
Não circulante	36.101	-

Em 30 de janeiro de 2015 a Companhia realizou a primeira emissão de 620 debêntures simples não conversíveis em ações, junto ao agente fiduciário Pentágono S/A, e estruturada pelo Banco Modal no montante total de R\$ 62.000, com remuneração anual de CDI + 4,17%, tendo sido efetivamente subscrito o valor de R\$ 61.230.

As debêntures não possuem carência para amortização dos juros e do saldo devedor, sendo os mesmos amortizados em 60 meses a partir de 1º dia de fevereiro de 2016, com parcelas iguais a 1,66% do saldo devedor. O término das amortizações está previsto para 30 de janeiro de 2020.

A condição contratual e o cumprimento dos índices e limites financeiros são apresentados a seguir:

Condição contratual	Restrição	Realizado
(i) Índice obtido da divisão da dívida financeira líquida pelo EBITDA (acumulado últimos 12 meses)	< 5,0	3,04
(ii) Índice obtido da divisão da dívida financeira líquida pelo Patrimônio Líquido	< 3,25	1,27
(iii) Índice obtido da divisão da dívida financeira líquida pelo Frota total líquida	< 0,85	0,60

21 Provisão para contingências

A Companhia está sujeita a ações cíveis, decorrentes do curso normal das operações. A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos e análise das demandas judiciais pendentes, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso, como se segue:

	31/12/2015	31/12/2014
Contingências cíveis	<u>100</u>	<u>112</u>

Em conformidade com as práticas contábeis adotada no Brasil, a Companhia não provisiona valores sobre contingências classificadas com probabilidade de perda possível. A estimativa dos valores relacionados a contingências cíveis possíveis, com base em informações de seus assessores jurídicos, em 31 de dezembro de 2015 é de R\$ 1.100 (R\$ 1.067 em 31 de dezembro de 2014).

Depósitos judiciais

A Companhia possui depósitos judiciais na esfera cível, cujas movimentações da provisão e dos depósitos judiciais estão demonstradas abaixo:

	Saldos em 31/12/2014	Constituição	Reversões	Saldos em 31/12/2015
Cíveis	112	-	(12)	100
Depósitos judiciais	<u>(126)</u>	<u>-</u>	<u>50</u>	<u>(76)</u>
	<u>(14)</u>	<u>-</u>	<u>38</u>	<u>24</u>

22 Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014 é constituído de 1.733.988 ações ordinárias, representando o capital social de R\$ 51.735 (R\$ 51.135 em 31 de dezembro de 2014). As ações não possuem valor nominal, e os titulares têm direito a um voto e possuem preferência na liquidação da sua parcela no capital social.

Em 30 de janeiro de 2015 os acionistas fundadores (Fábio Lewkowicz, Alan Lewkowicz, Natalie Lewkowicz Rivkind, bem como a Holding Lewco, por eles controlada) realizaram a

integralização de R\$ 600, totalizando 1.733.988 ações integralizadas com capital subscrito de R\$ 51.735.

A composição acionária ficou da seguinte forma:

Acionistas	31/12/2015			31/12/2014		
	%	Quantidade de ações	Capital Integralizado	%	Quantidade de ações	Capital Integralizado
Fundo Mútuo de Investimento em empresas emergentes						
<i>Stratus Fleet</i>	45%	780.687	22.752	45%	780.687	22.752
Stratus SCP Brasil FIP	31%	541.119	15.770	31%	541.119	15.770
Lewco Participações e Administração Ltda.	2%	29.629	864	2%	29.629	864
Stratus Investimentos Ltda.	1%	12.249	357	1%	12.249	357
Fábio, Alan e Natalie Lewkowicz	21%	370.304	11.992	21%	370.304	11.392
		<u>1.733.988</u>	<u>51.735</u>		<u>1.733.988</u>	<u>51.135</u>

b. Reserva legal

A Lei das Sociedades por Ações, bem como o Estatuto Social da Companhia, estabelece que 5% do lucro líquido será destinado para a constituição de reserva legal, desde que não exceda 20% do capital social. Adicionalmente, a Assembleia Geral poderá, por proposta dos órgãos de administração, destinar para a reserva de incentivos fiscais a parcela do lucro líquido decorrente dos benefícios fiscais, que poderá ser excluída da base de cálculo do dividendo obrigatório.

c. Distribuição de dividendos

O Estatuto da Companhia prevê a distribuição de um dividendo anual mínimo obrigatório de 25% do resultado do exercício, ajustado na forma da lei, ressalvada as hipóteses previstas no acordo de acionistas arquivado na sede da Companhia, em lei e neste Estatuto compensados os dividendos semestrais e intermediários e/ou intercalares que tenham sido eventualmente declarados no exercício.

O Conselho de Administração poderá, quando julgar conveniente, mandar levantar balanços semestrais e em exercício menores, e, com base nos referidos balanços, declarar dividendos a conta de lucros apurados, bem como declarar dividendos intermediários a conta de lucros acumulados ou de reserva de lucros existentes no último balanço, semestral ou intercalar. Observada as disposições legais pertinentes, a Companhia poderá pagar a seus acionistas mediante proposta da Diretoria e aprovação do Conselho de Administração, juros sobre o capital próprio, os quais poderão ser imputados aos dividendos mínimos obrigatórios.

23 (Prejuízo) lucro por ação

O (prejuízo) lucro por ação é calculado dividindo o resultado líquido pelo número médio ponderado de ações ordinárias em circulação durante o ano.

A tabela a seguir estabelece o cálculo de (prejuízo) lucro por ação para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (em milhares de valores por ação e quantidade de ações):

Básico e diluído	31/12/2015	31/12/2014
Numerador		
(Prejuízo) lucro líquido do exercício	(9.284)	1.901
Denominador		
Média ponderada do número de ações ordinárias em circulação (em milhares)	1.734	1.553
(Prejuízo) lucro básico e diluído por ação ordinária	R\$ (5,35)	R\$ 1,22

24 Receita líquida

Abaixo apresentamos a receita líquida, por natureza, apresentada na demonstração de resultado do exercício:

Descrição	31/12/2015	31/12/2014
Locação de veículos	34.358	31.414
Venda de veículos	26.872	12.577
	<u>61.230</u>	<u>43.991</u>

Abaixo demonstramos a receita bruta menos as deduções de vendas:

Descrição	31/12/2015	31/12/2014
Receita bruta	64.895	47.717
Menos:		
Impostos sobre serviços e vendas	(3.507)	(3.203)
Devoluções	(158)	(523)
	<u>61.230</u>	<u>43.991</u>

25 Custo de locação e venda de veículos

Descrição	31/12/2015	31/12/2014
Custos de manutenção	(11.965)	(9.669)
Custos com depreciação	(7.268)	(7.577)
Provisão para redução ao valor recuperável de veículos		
Custos dos veículos vendidos	(25.830)	(13.322)
Custos com pessoal	(1.347)	(1.143)
Recuperação de créditos de PIS e COFINS	2.137	2.159
	<u>(44.274)</u>	<u>(29.550)</u>

26 Despesas administrativas e gerais

Descrição	31/12/2015	31/12/2014
Despesas com pessoal administrativo	(2.950)	(2.286)
Despesas com pessoal comercial	(970)	(653)
Serviços de terceiros	(2.258)	(1.318)
Despesas com ocupação	(523)	(513)
Aluguel de equipamentos	(227)	(184)
Despesas gerais	(1.130)	(639)
Provisão para indenizações	(530)	-
Provisão para contingências	(100)	-
Perda estimada com créditos de liquidação duvidosa	(1.084)	(2.273)
Reversão da perda estimada com créditos de liquidação duvidosa	803	2.543
Baixa de contas a receber incobráveis	(1.345)	-
Despesas com depreciação e amortização	(523)	(335)
Despesas de comunicação	(25)	(33)
Impostos sobre outras receitas	(473)	(51)
Receita de taxa de administração sobre multas	138	279
Outras receitas (despesas) operacionais	435	(19)
	<u>(10.762)</u>	<u>(5.482)</u>
Administrativas e gerais	(8.267)	(5.308)
Comerciais	(2.875)	(383)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	380	209

27 Resultado financeiro

Despesas financeiras	31/12/2015	31/12/2014
Juros passivos	(5.239)	(8.510)
Despesas e juros de debêntures	(9.406)	-
Despesas bancárias e IOF	(1.917)	(581)
	<u>(16.562)</u>	<u>(9.091)</u>
Total		
Receitas financeiras	31/12/2015	31/12/2014
Rendimentos sobre aplicações financeiras	3.710	2.763
Juros ativos	1.097	56
	<u>4.807</u>	<u>2.819</u>
Total	<u>(11.755)</u>	<u>(6.272)</u>

28 Partes relacionadas

No exercício findo em 31 de dezembro de 2015, a remuneração total dos Administradores foi de R\$ 1.208 (R\$ 819 em 31 de dezembro de 2014), a título de remuneração fixa, e de R\$ 180 a título de bônus.

29 Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros

a. Riscos de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito, na data das demonstrações financeiras foi:

	31/12/2015	31/12/2014
Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras de uso restrito	18.444	19.882
Contas a receber de clientes	7.074	6.506
Outras contas a receber	547	335
	<u>26.065</u>	<u>26.723</u>

b. Riscos de liquidez

A seguir estão as exposições contratuais de passivos financeiros não derivativos, incluindo pagamentos de juros estimados e excluindo o impacto de acordos de negociação de moedas pela posição líquida.

	31/12/2015	31/12/2014
Empréstimos e financiamentos, debêntures e consórcios a pagar	64.994	51.796
Fornecedores	2.234	749
Outras contas a pagar	749	437
	<u>67.977</u>	<u>52.982</u>

Não são esperados que fluxos de caixa, incluídos nas análises de maturidade da Companhia, possam ocorrer significativamente mais cedo ou em montantes significativamente diferentes.

Veja abaixo o cronograma de vencimento do passivo financeiro da Companhia em 31 de dezembro de 2015:

	Valor contábil	12 meses ou menos	1 - 2 anos	2 - 5 anos	Total
Empréstimos e financiamentos, debêntures e arrendamentos	64.994	28.738	45.980	17.838	92.556
Fornecedores	2.234	2.234	-	-	2.234
Outras contas a pagar	749	749	-	-	749
	<u>67.977</u>	<u>31.721</u>	<u>45.980</u>	<u>17.838</u>	<u>95.539</u>

c. Classificação e valor justo

O quadro a seguir apresenta os principais instrumentos financeiros contratados, assim como os respectivos valores justos:

	31/12/2015		31/12/2014	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Empréstimos e recebíveis				
Caixa e equivalentes de caixa	646	646	70	70
Contas a receber de clientes	7.074	7.074	6.506	6.506
Outras contas a receber	547	547	335	335
Ativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado				
Aplicações financeiras	12.694	12.694	9.899	9.899
Aplicações financeiras de uso restrito	5.104	5.104	9.913	9.913
Custo amortizado				
Empréstimos e financiamentos, debêntures e consórcios a pagar	64.994	64.994	51.796	51.796
Fornecedores	2.234	2.234	749	749
Outras contas a pagar	749	749	447	447

A Administração entende que os valores justos informados não refletem mudanças futuras na economia, tais como taxas de juros e alíquotas de impostos e outras variáveis que possam ter efeito sobre sua determinação.

Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor justo:

- **Caixa e equivalentes de caixa** - São definidos como ativos destinados à negociação. Os valores contábeis informados no balanço patrimonial são substancialmente correspondentes ao valor justo, em virtude de suas taxas de remuneração ser baseada na variação do CDI.
- **Aplicações financeiras de uso restrito** - São definidos como ativos de uso restrito, pois estão vinculados diretamente a dívidas da Companhia. Os valores contábeis informados no balanço patrimonial são substancialmente correspondentes ao valor justo, em virtude de suas taxas de remuneração ser baseada na variação do CDI.
- **Contas a receber de clientes, outras contas a receber, fornecedores e outras contas a pagar** - Decorrem diretamente das operações da Companhia, sendo mensurados pelo custo amortizado e estão registrados pelo seu valor original, deduzindo de provisão para perdas quando aplicável ou relevante.
- **Empréstimos, financiamentos, debêntures e consórcios a pagar** - São classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo e estão registrados pelo método do custo amortizado de acordo com as condições contratuais. Esta definição foi adotada, pois os valores não são mantidos para negociação que de acordo com entendimento da Administração reflete a informação contábil mais relevante. Os valores justos destes financiamentos são equivalentes aos seus valores contábeis, por se tratarem de instrumentos financeiros com taxas que equivalem às taxas de mercado e por possuírem características exclusivas, oriundas de fontes de financiamento específicas para financiamento das atividades da Companhia.

Divulgações adicionais sobre gerenciamento de risco financeiro estão efetuadas na nota explicativa nº 7.

d. Riscos de taxa de juros

A Companhia não tem em seu endividamento de 31 de dezembro de 2015, operações de swap ou qualquer outro derivativo contratado.

Análise de sensibilidade

Do passivo total, 95% está indexado ao CDI e, portanto, exposto à variação das taxas de juros.

Para 31 de dezembro de 2015, a análise de sensibilidade contempla dois cenários de *stress*, I e II, com 25% e 50%, respectivamente, de aumento em relação ao patamar base de Selic de 14,25%.

Considerando que as aplicações também são indexadas ao CDI, o efeito líquido patrimonial e sobre o resultado, nos cenários de *stress*, está demonstrado no quadro abaixo:

	Cenários		
	Base	I	II
Taxa de juros	14,92%	18,65%	22,38%
Varição em relação ao cenário base	-	25%	50%
Dívida bruta indexada ao CDI	(66.955)	(79.442)	(81.940)
Aplicações indexadas ao CDI	17.797	21.116	21.780
Efeito na exposição patrimonial	(49.159)	(58.327)	(60.160)
Efeito líquido no resultado	-	(9.168)	(11.002)

e. Hierarquia pelo valor justo

A Companhia adota a mensuração a valor justo de seus ativos e passivos financeiros. Valor justo é mensurado a valor de mercado com base em premissas em que os participantes do mercado possam mensurar um ativo ou passivo. Para aumentar a coerência e a comparabilidade, a hierarquia do valor justo prioriza os insumos utilizados na medição em três grandes níveis, como segue:

- **Nível 1. Mercado Ativo: Preço Cotado** - Um instrumento financeiro é considerado como cotado em mercado ativo se os preços cotados forem pronta e regularmente disponibilizados por bolsa ou mercado de balcão organizado, por operadores, por corretores, ou por associação de mercado, por entidades que tenham como objetivo divulgar preços por agências reguladoras, e se esses preços representam transações de mercado que ocorrem regularmente entre partes independentes, sem favorecimento.
- **Nível 2. Sem Mercado Ativo: Técnica de Avaliação** - Para um instrumento que não tenha mercado ativo o valor justo deve ser apurado utilizando-se metodologia de avaliação/apreçamento. Podem ser utilizados critérios como dados do valor justo corrente de outro instrumento que seja substancialmente o mesmo, de análise de fluxo de caixa descontado e modelos de apreçamento de opções. O objetivo da técnica de avaliação é estabelecer qual seria o preço da transação na data de mensuração em uma troca com isenção de interesses motivada por considerações do negócio.
- **Nível 3. Sem Mercado Ativo: Títulos Patrimoniais** - Valor justo de investimentos em títulos patrimoniais que não tenham preço de mercado cotados em mercado ativo e de derivativos que estejam a eles vinculados e que devam ser liquidados pela entrega de títulos patrimoniais não cotados.

	Saldo contábil	Valor justo em 31 de dezembro de 2015		
		Nível 1	Nível 2	Nível 3
Aplicações financeiras	12.694	-	12.694	-
Aplicações financeiras de uso restrito	5.104	-	5.104	-
Valor justo em 31 de dezembro de 2014				
	Saldo contábil	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Aplicações financeiras	9.899	-	9.899	-
Aplicações financeiras de uso restrito	9.913	-	9.913	-

Os empréstimos e financiamentos e as debêntures estão registrados pelo custo amortizado, no entanto, a divulgação de valor de mercado se classifica no nível II da hierarquia do valor justo.

30 Cobertura de seguros

A Companhia tem por política manter cobertura de seguros no montante que a Administração considera adequado para cobrir os possíveis riscos e eventuais perdas com sinistros de seus ativos imobilizados.

Ativos Segurados	Modalidades	31/12/2015
Veículos administrativos	Cobertura total (Danos materiais)	880
Veículos administrativos	Cobertura total (Danos Corporais)	1.760
Predial	Cobertura total (Danos materiais)	1.290

Em 8 de janeiro de 2015, a Companhia contratou um seguro de responsabilidade civil em benefício de seus administradores (seguro D&O), com validade de um ano.

O seguro garante o pagamento de prejuízos financeiros decorrentes de reclamações feitas contra os administradores em virtude de atos danosos pelos quais sejam responsabilizados exercícios de suas atribuições na administração e gestão da Companhia. A apólice prevê como limite máximo, garantia R\$ 10.000 e um prêmio líquido total de R\$ 19.

* * *

Carlos Alves
Diretor Financeiro

Dnalva Rocha dos Santos
Contadora CRC SP-296.885/O-0

Declaração dos diretores sobre as Demonstrações Financeiras

DECLARAÇÃO

Pelo presente instrumento, os diretores da Maestro Locadora de Veículos S.A. abaixo designados (“Companhia”) declaram que:

Reviram, discutiram e concordam com as Demonstrações Financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

São Paulo, 30 de março de 2016.

Fabio Lewkowicz

Diretor Presidente e Diretor Comercial e Marketing

Carlos Miguel de Oliveira Martins Borges Alves

Diretor de Relações com Investidores e Diretor Administrativo Financeiro

Monica Jorgino Marcondes

Diretora Superintendente

Declaração dos diretores sobre o relatório dos auditores independentes

DECLARAÇÃO

Pelo presente instrumento, os diretores da Maestro Locadora de Veículos S.A. abaixo designados (“Companhia”) declaram que:

Reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no relatório de auditoria da KPMG Auditores Independentes, relativamente as Demonstrações Financeiras da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

São Paulo, 30 de março de 2016.

Fabio Lewkowicz

Diretor Presidente e Diretor Comercial e Marketing

Carlos Miguel de Oliveira Martins Borges Alves

Diretor de Relações com Investidores e Diretor Administrativo Financeiro

Monica Jorgino Marcondes

Diretora Superintendente